



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

20º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2010 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre a súmula vinculante à luz da CRFB/88, assinale a afirmativa correta

- a) Da decisão judicial que contrariar uma súmula vinculante, em qualquer grau de jurisdição, caberá recurso extraordinário ao STF.
- b) A súmula vinculante trata apenas de questões constitucionais e somente poderá ser editada após reiteradas decisões do STF, todas no mesmo sentido.
- c) O efeito vinculante atinge apenas os órgãos do Poder Judiciário.
- d) O STF pode anular um ato administrativo federal contrário a uma súmula vinculante e determinar que outro seja editado, agora com a devida aplicação da súmula.
- e) O STF só pode editar uma súmula vinculante se for provocado por aqueles órgãos e entidades que podem ajuizar a ação direta de inconstitucionalidade (art. 103, CRFB), mas pode, de ofício, proceder à sua revisão ou cancelamento.

2. Em relação ao processo legislativo brasileiro, é correto afirmar:

- a) Não editado o decreto legislativo que regulamente as relações jurídicas advindas de medidas provisórias no prazo de quarenta e cinco dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.
- b) A medida provisória, embora elencada entre as espécies normativas, tem natureza de ato administrativo, uma vez que é editada pelo Presidente da República.
- c) As medidas provisórias podem veicular matérias relativas a direito eleitoral e direito penal.
- d) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- e) O Presidente da República pode considerar o projeto totalmente inconstitucional ou contrário ao interesse público e vetá-lo no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, comunicando ao Presidente do Senado Federal, dentro de vinte e quatro horas, os motivos do veto.

3. É consequência da rigidez constitucional:

- a) o princípio do Estado Democrático de Direito.
- b) o princípio da Supremacia da Constituição.
- c) a previsão de duas casas legislativas.
- d) o controle concentrado da Constituição.
- e) a presença, em seu texto, de normas fundamentais.

4. Mutação constitucional  :

- a) o mesmo que reforma da constitui o.
- b) o mesmo que emenda da constitui o.
- c) o processo não-formal de mudança de constitui o flexível.
- d) o processo não-formal de mudança de constitui o rígida.
- e) o processo formal de altera o do texto constitucional.

5. Quanto à possibilidade de reforma da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O constituinte ordinário previu a possibilidade de reforma da Constituição, eis que não pretende ser eterna, e tais modificações podem ser feitas somente por Emendas de Revisão.
- b) As cláusulas pétreas são limitações materiais explícitas ao poder de reforma da Constituição.
- c) O poder de reforma das normas constitucionais está limitado, tão-somente, pelas regras constitucionais acerca do momento em que pode ser exercido; tais regras vedam a possibilidade de reforma em caso de vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.
- d) A promulgação das emendas à Constituição é feita pela Mesa da Câmara dos Deputados.
- e) A previsão de revisão da Constituição é regra que já se exauriu, eis que prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias como possibilidade de modificação das normas constitucionais pela votação de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.

6. Dentre as seguintes competências privativas do Presidente da República, assinale a alternativa incorreta:

- a) Expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis.
- b) Dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) Nomear, após aprovação do Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.
- d) Decretar e executar a intervenção federal em Estados e Municípios, sempre mediante prévia aprovação do Supremo Tribunal Federal.
- e) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

7. Sobre as medidas provisórias, é possível afirmar que:

- a) não podem ter por objeto a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
- b) não podem dispor sobre direito civil, processual civil, penal e processual penal.
- c) não podem ser editadas por Governadores e Prefeitos em nenhuma hipótese, sendo prerrogativa exclusiva do Presidente da República.
- d) os requisitos de relevância e urgência para a sua edição são matérias discricionárias, que não estão sujeitas a controle judicial, conforme jurisprudência uniforme do Supremo Tribunal Federal.
- e) perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

8. Os Estados poderão instituir os seguintes tributos:

- a) Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD).
- b) Taxas e imposto sobre grandes fortunas (IGF).
- c) Imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU) e imposto sobre serviços (ISS).
- d) Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e imposto de Importação (II).
- e) Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) e imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

9. Considere as seguintes características: (...) são pessoas jurídicas de direito privado cuja criação é autorizada por lei, podem ser revestidas de qualquer forma societária privada e são formadas por capital exclusivamente público. Tais características referem-se às:

- a) sociedades de economia mista.
- b) autarquias.
- c) empresas públicas.
- d) fundações públicas.
- e) associações públicas.

10. Analise as seguintes assertivas a respeito da ação de mandado de segurança, assinalando a alternativa correta:

- a) Pode ser impetrado em até 180 dias após a consumação da lesão, sendo certo que após este prazo haverá decadência do direito de impetração.
- b) É essencial ao seu ajuizamento a prova da cidadania do impetrante, o que será feito mediante juntada de cópia do título eleitoral.
- c) Tem legitimação passiva a autoridade que pratica o ato acoimado de ilegal ou abusivo, devendo a pessoa jurídica à qual estiver vinculada ser intimada para decidir se ingressará no pólo ativo ou passivo da demanda.
- d) Podem ser considerados 'autoridade coatora' os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.
- e) o ajuizamento do mandado de segurança dispensa a atuação de advogado.

DIREITO CIVIL

11. De acordo com o Código Civil, não são relativamente incapazes:

- a) os pródigos.
- b) os ébrios habituais.
- c) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- d) os menores de dezesseis anos.
- e) os viciados em tóxicos.

12. Não são pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) a União.
- b) os Estados.
- c) os Municípios.
- d) as autarquias.
- e) as organizações religiosas.

13. Benfeitorias voluptuárias são:

- a) aquelas que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- b) aquelas de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.
- c) aquelas que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- d) aquelas que decorrem da vontade exclusiva do proprietário, imposta ao possuidor ou detentor.
- e) aqueles melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

14. É anulável o negócio jurídico:

- a) celebrado mediante coação.
- b) celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- c) que tenha por objetivo fraudar lei imperativa.
- d) cujo objeto seja ilícito.
- e) cujo objeto seja impossível.

15. É nulo o negócio jurídico:

- a) simulado.
- b) celebrado em erro.
- c) celebrado em estado de perigo.
- d) celebrado com pessoa relativamente incapaz.
- e) celebrado com servidor público.

16. Assinale a alternativa correta:

- a) O dano moral é aquele causado ao patrimônio da vítima.
- b) O dano moral não é indenizável.
- c) O dano moral só é indenizável se presente também um dano patrimonial.
- d) O valor da indenização por dano moral é sempre fixado em lei.
- e) O valor da indenização por dano moral é arbitrado pelo juiz à luz do caso concreto.

17. Não é um dos princípios do direito dos contratos:

- a) o princípio da função social do contrato.
- b) o princípio da obrigatoriedade dos pactos.
- c) o princípio da boa-fé objetiva.
- d) o princípio do consensualismo.
- e) o princípio da tipicidade.

18. São modos de extinção das obrigações:

- a) a confusão, a compensação, a remissão e a avulsão.
- b) a novação, a confusão, a remissão e a cessão de crédito.
- c) a novação, a confusão, a compensação e o pagamento.
- d) a confusão, a compensação e a assunção de dívida.
- e) a novação, a confusão, a compensação e o aluvião.

19. O Estado responde:

- a) apenas excepcionalmente, quando demonstrado o dolo do agente público.
- b) por danos derivados de caso fortuito ou de força maior.
- c) sempre que o autor do dano não puder arcar com a indenização.
- d) pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- e) somente pelos danos patrimoniais causados por seus agentes.

20. São exemplos de direitos da personalidade:

- a) o direito ao nome, o direito de retenção e o direito à imagem.
- b) o direito de propriedade, o direito à herança e o direito ao nome.
- c) o direito ao nome, o direito de propriedade e o direito à honra.
- d) o direito à privacidade, o direito à imagem e o direito à honra.
- e) o direito de usufruto, o direito à imagem e o direito de retenção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. São elementos que identificam a ação:

- a) o mesmo juiz, as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
- b) somente a causa de pedir e o pedido.
- c) as partes, a causa de pedir e o pedido.
- d) somente as partes e o pedido.
- e) o nome dado à ação pelo autor, as mesmas partes e o mesmo pedido.

22. Marque a alternativa CORRETA:

- a) Segundo o princípio dispositivo, nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer.
- b) É inadmissível postular ação declaratória visando obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.
- c) Havendo litisconsórcio ativo necessário deve o autor, no prazo assinalado pelo juiz, promover o ingresso do litisconsorte no pólo ativo da relação processual, mediante a nomeação à autoria, sob pena de indeferimento da inicial.
- d) Admitido como assistente no processo de conhecimento, o terceiro tem direito de promover todos os atos do processo, inclusive o de recorrer, e devem, por isso, ser reabertos os prazos necessários para manifestação de seu interesse jurídico.
- e) para propor ou contestar a ação é necessário ter interesse econômico e capacidade civil plena.

23. De acordo com o CPC, um dos requisitos de admissibilidade de cumulação de pedidos é:

- a) a existência de conexão entre os pedidos.
- b) a liquidez dos pedidos.
- c) a identidade de competência do juízo.
- d) a certeza e determinação dos pedidos.
- e) a identidade de natureza dos pedidos.

24. Considera-se proposta a ação:

- a) com a citação do réu.
- b) com a citação válida do réu.
- c) tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.
- d) com o recolhimento das custas processuais.
- e) com o oferecimento da contestação.

25. NÃO é causa de suspensão no processo civil:

- a) ocorrência de motivo de força maior.
- b) existência de convenção de arbitragem.
- c) perda da capacidade processual da parte.
- d) oferecimento de exceção de suspeição.
- e) morte do representante legal de uma das partes.

26. Quanto ao direito de ação, é CORRETO afirmar que:

- a) é faculdade inerente ao direito material por ele defendido.
- b) está sujeito a condições para o seu regular exercício – as condições da ação.
- c) só existe caso seja reconhecida, ao final do processo, a existência do direito material por meio da ação defendido.
- d) tem como sujeito passivo aquele que viola o direito defendido perante o Poder Judiciário.
- e) só pode ser exercido por quem afirme possuir um direito material.

27. A modalidade de intervenção de terceiros por meio da qual alguém com interesse jurídico em uma demanda auxilia a vitória de alguma das partes se denomina:

- a) denúncia da lide.
- b) assistência.
- c) chamamento ao processo.
- d) oposição.
- e) nomeação à autoria.

28. Sobre os pressupostos processuais, é correto afirmar que:

- a) a capacidade postulatória pertence unicamente àqueles que são advogados.
- b) somente possui capacidade de ser parte quem tem personalidade.
- c) a capacidade postulatória pode ser exercida em qualquer hipótese por quem possua personalidade.
- d) a suspeição e o impedimento do juiz somente podem ser decretados de ofício.
- e) entes despersonalizados também podem possuir capacidade de ser parte.

29. Não é competência do Superior Tribunal de Justiça:

- a) processar e julgar ações declaratórias de constitucionalidade.
- b) processar e julgar recursos especiais contra acórdãos proferidos pelos Tribunais de Justiça.
- c) processar e julgar mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- d) conceder *exequatur* a cartas rogatórias.
- e) homologar sentenças estrangeiras.

30. Com relação às funções jurisdicional, administrativa e legislativa, pode-se afirmar que:

- a) a primeira é dotada de precariedade, enquanto as demais não.
- b) a primeira é parcial, ao passo que as demais são imparciais.
- c) a primeira possui definitividade.
- d) a primeira pode ser delegada livremente aos órgãos que exercem as outras duas.
- e) a primeira pode ter seus efeitos evitados pelas partes e pelos órgãos que exercem as demais funções.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

20.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS
AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO
JUDICIÁRIA

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do artigo 23 do Regulamento do 20.º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) B
- 2) D
- 3) B
- 4) D
- 5) B
- 6) D
- 7) A
- 8) E
- 9) C
- 10) D

DIREITO CIVIL

- 11) D
- 12) E
- 13) B
- 14) A
- 15) A
- 16) E
- 17) E
- 18) C
- 19) D
- 20) D

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 21) C
- 22) A
- 23) C
- 24) C
- 25) B
- 26) B
- 27) B
- 28) E
- 29) A
- 30) C

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua Dom Manuel, 25, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2010

Leonardo de Andrade Mattietto
Procurador-Chefe do CEJUR